

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS ANIMAIS

CEDA

3ª Reunião Ordinária

Data: 26 de setembro de 2017

Local: Auditório da SEMA - Curitiba

Horário: 14:30hs às 17:00hs

Presentes:

Conselheiros: Elzira Jorge Pierre - SEAB; Giselle Nocera - SETI; Daniela Janaína P. Miranda e Rosana Vicente Gnipper - SEMA; Conrad M. Roesel – SEPL; Paula Linder - SESA; Capitão PM Álvaro Gruntowski - SESP; Sumaia Andraus - IAP; Eunice L. C. de Souza - IBAMA; Eduardo Carrano e Luciene Ribeiro - CRBIO; Joseane Trevisan – SOS Vira Lata; Márcio Chiquito - Assoc. S. Francisco de Assis; Soraya Fonseca Simon - SPAC; Rosamaria Borges V. Feracin - Associação de Proteção e Bem Estar Animal Angelo Picone.

Justificativa de Ausências: Andreia de Paula Vieira - CRMV; Laynara Mello - Associação SOS Bichos de Rua; Ana Maria Polaquini - SAAU; Wancleiza Barros – Sociedade Protetora dos Animais de Santo Antonio da Platina.

Observadores/ Convidados: Rafael Stedile – CRMV; Valdeane Pereira – Salva Bicho Curitiba; Tosca Zamboni – FDDA Curitiba e Região.

Pauta:

- boas vindas e apresentação dos presentes;
- aprovação da memória da 2ª reunião ordinária realizada em 27/06;
- Relato sobre andamento dos cadastros das OSC no Programa Nota Paraná/ emissão dos certificados pela SEMA;
- Relato CT Cadastro das Entidades;
- Apresentação e análise das contribuições ao esboço da Política Estadual de Direitos Animais (versão suja);
- Informes.

Memória: foi feita a contagem dos conselheiros presentes para verificação do quorum e como só haviam 13 conselheiros, pelo Regimento Interno não seria possível deliberações em função do quorum mínimo ser de 14 instituições conselheiras presentes.

Mesmo assim, em respeito aos presentes, inclusive conselheiros que vieram de outros municípios, foram feitas as discussões constantes na pauta, porém sem deliberações.

O Presidente reiterou a importância das discussões para elaboração da política estadual, sendo fundamental que sejam realizadas pelo CEDA, em função de seu caráter interinstitucional e intersetorial. Coloca-se, novamente, à disposição para tudo o que for preciso para o avanço da elaboração da política e, na sequência, sua implementação.

O Capitão Álvaro sugere que seria interessante ser feita uma campanha de orientação para quem doa as notas fiscais para as OSC. E que a SEFA deveria colocar em seu site a relação das OSC cadastradas.

A conselheira e vice-presidente, Daniela Miranda, sugere a realização de reunião extraordinária com o objetivo de discutir minuta de alteração do Decreto 6631/SEFA. Discutiu-se a respeito de como poderia ser deliberado sobre isso, em função da falta de quorum e a Secretária Executiva Rosana Gnipper, verificando o Regimento Interno, informa que o Presidente pode convocar as reuniões extraordinárias quando se fizerem necessárias. Então, mesmo sem o quorum para deliberação, poderíamos deixar uma data pré-fixada para essa reunião para o dia 25/10. Daniela ficou de conversar com o Presidente, agendar e solicitar a convocação. A ideia é que essa reunião pudesse ser realizada por vídeo conferência, sendo que foi sugerido utilizar as salas do Detran.

- aprovação da memória da 2ª reunião ordinária realizada em 27/06.

Não foi colocada em aprovação por falta de quorum.

- relato sobre andamento dos cadastros das OSC no Programa Nota Paraná/ emissão dos certificados pela SEMA.

A conselheira e vice-presidente, Daniela Miranda, informa que no mês de julho foram encaminhados os Certificados Provisórios a todas as OSC, para que possam providenciar o título de Utilidade Pública até o vencimento do certificado (06 meses) e, na sequência todos os documentos serão analisados e as OSC vistoriadas pela SEFA.

Em relação à análise dos cadastros das OSC no Programa Nota Paraná, o Presidente afirma que é necessário prestigiar quem está fazendo tudo correto.

- relato CT Cadastro das Entidades.

Não ocorreu a reunião da CT por ausência dos conselheiros, sem justificativa, sendo que somente compareceu (chegando em torno de 11hs) a representante do SOS Vira Lata, Joseane Trevisan, de Guaratuba.

- apresentação e análise das contribuições ao esboço da Política Estadual de Direitos Animais (versão suja).

Apresentadas as contribuições recebidas para a proposta da Política Estadual de Direitos Animais, reiterando que trata-se somente de um "esqueleto" básico, que deve ser analisado por todos para que sejam feitas as considerações e contribuições necessárias para sua redação para, na sequência, poder ser escrita no formato de lei.

A Secretária Executiva, Rosana Gnipper, em função de uma contribuição a respeito do Decreto 24.645/34, alegando ser este revogado e, assim consta no site do planalto, mostra uma análise que fez e um levantamento das modificações a este Decreto, demonstrando, assim, que este Decreto encontra-se em vigor e que nenhum dos outros Decretos posteriores entram no tema dos animais, conforme abaixo:

Márcio Chiquito: Um outro problema: o dec. 24.645/34 foi abolido por Collor. Embora seja uma lei antiga, o dano causado pela abolição do mesmo foi o desaparecimento do art. 16. Tanto quanto eu saiba, tal dano não foi compensado.

Decreto 24.645/34, Artigo 16. As autoridades federais, estaduais e municipais prestarão aos membros das sociedades protetoras de animais a cooperação necessária para fazer cumprir a presente lei.

DECRETO Nº 11, DE 18 DE JANEIRO DE 1991. Revogado pelo Decreto nº 761, de 1993: Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e dá outras providências.

DECRETO Nº 761, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993. Revogado pelo Decreto nº 1796, de 1996: Dispõe sobre a criação, por transformação, de cargos em comissão e funções de confiança, aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.796, DE 24 DE JANEIRO DE 1996. Revogado pelo Decreto nº 2.802, de 1998: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Justiça e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.802, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998. Revogado pelo Dec. nº 3.382, de 14.3.2000: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.

Vigência do Decreto 24.645 de 1934

Embora este decreto esteja marcado como revogado no site do planalto, a verdade é que ele encontra-se em pleno vigor. Vejamos:

- Em 11 de novembro de 1.930, foi editado o decreto nº 19.398, que estabeleceu um regime de exceção, no qual o Poder Executivo poderia exercer atividades do Poder Executivo, dentre as quais a edição de leis.*
- O decreto 24.645 de 1934 foi editado na vigência do decreto acima, como estabelecido em seu preâmbulo: “O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930”. Ou seja, este decreto tem força de lei.*
- O decreto nº 11 de 1981 teria revogado o Decreto 24.645/34. Entretanto, como já visto, o decreto 24.645 tem força de lei e não poderia ter sido revogado por decreto (leis são hierarquicamente superiores a decretos).*

Por isso, é forçoso concluir que o decreto 24.645/34 ainda está em vigor.

Rosana também comenta a respeito das ausências dos conselheiros que representam as OSC na reunião e solicita aos presentes deste segmento que busquem incentivar os demais à participação ativa nas reuniões do CEDA, uma vez que as atividades que pretende-se realizar neste Conselho serão de muita importância para melhorar a realidade dos animais e também das OSC que lidam com o tema, principalmente as que lidam diretamente com recolhimento de animais abandonados.

Daniela agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

- Rosana deverá, novamente, encaminhar a todos a versão suja, com as contribuições recebidas;
- Daniela ficou responsável por acionar o Presidente para convocação de reunião extraordinária a ser realizada em 25/10;
- Daniela também ficou responsável por conversar com representantes do Detran, para poder viabilizar a reunião extraordinária;
- Eunice (Ibama) assumiu o compromisso de contribuir com a definição de animais domésticos/domesticados.

Subscreve esta memória:

Daniela Janaína Pereira Miranda

Rosana Vicente Gnipper